



# PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Cartaxo, 27 de março de 2026

Índice	
<b>Nota Introdutória</b> .....	1
<b>Quadro Centro de Custos 01</b> .....	4
<b>Quadro Centro de Custos 02</b> .....	5
<b>Quadro Evolução Resultados 2024 e 2025</b> .....	6
<b>Quadro Listagem Património</b> .....	7
<b>Anexo às Demonstrações Financeiras</b> .....	8
<b>Parecer do Definitório</b> .....	28
<b>Certificação Legal de Contas</b> .....	29

Fog.  
JR  
A

←  
2

J. V. G.  
A.  
A.

T  
A

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025**

**NOTA INTRODUTÓRIA**

De acordo com o estipulado no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, a Mesa Administrativa apresenta o Relatório e Contas respeitante ao exercício de 2025, acompanhado do Parecer do Definitório, para conhecimento e análise dos digníssimos Irmãos, com vista à sua apreciação e votação em Assembleia Geral.

Relativamente ao exercício em análise, a Mesa Administrativa confirma os elementos e informações prestadas pelos serviços administrativos e pelo Contabilista Certificado, designadamente no que respeita às demonstrações financeiras reportadas a trinta e um de dezembro de 2025.

No exercício económico de 2025, a Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo registou um total de Rendimentos de dois milhões, novecentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco euros e noventa e três cêntimos (2.979.335,93€) e um total de Gastos de dois milhões, novecentos e catorze mil, cento e noventa e quatro euros e quarenta e dois cêntimos (2.914.194,42€), apurando um Resultado Líquido positivo de sessenta e cinco mil, cento e quarenta e um euros e cinquenta e um cêntimos (65.141,51€), que a Mesa Administrativa propõe que seja transferido para a Conta de Resultados Transitados.

Importa, contudo, sublinhar que a análise do desempenho económico-financeiro da Instituição não se deve esgotar no resultado líquido do período. Com efeito, o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos ascende a cento e noventa e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco euros e noventa e um cêntimos (195.245,91€), evidenciando que a atividade operacional da Misericórdia do Cartaxo mantém capacidade de geração de resultados positivos.

A diferença entre este indicador e o resultado líquido final resulta, em larga medida, do peso dos gastos de depreciação e amortização, mas também dos encargos financeiros suportados pela Instituição, que continuam a penalizar de forma significativa o desempenho global.

Acresce ainda que o exercício de 2025 ficou marcado pelo reconhecimento de outras imparidades, no montante de trinta e nove mil, oitenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos (39.089,65€), decorrentes de um processo de regularização e limpeza do balanço, associado a valores de cobrança altamente improvável, alguns dos quais com vários anos de antiguidade. Esta decisão, de natureza prudencial e contabilisticamente

exigente, contribui para uma representação mais fiel da situação financeira da Instituição, ainda que com impacto negativo nos resultados do exercício.

No mesmo sentido, procedeu-se à regularização de valores que se encontravam por receber da Segurança Social, designadamente no âmbito de complementos de dependência relativos a utentes já falecidos. Atendendo à impossibilidade de recuperação desses montantes, confirmada pela Segurança Social, optou-se pela sua eliminação do balanço, com reflexo em resultados transitados, não tendo esta operação qualquer impacto no resultado líquido do exercício de 2025.

O resultado agora apurado confirma, pelo segundo ano consecutivo, a capacidade da Instituição em gerar excedentes, consolidando a inversão do ciclo negativo verificado entre 2020 e 2023. Ainda assim, importa assinalar que o resultado líquido apresenta uma redução face ao exercício anterior, o que impõe uma leitura prudente quanto à consistência desta trajetória.

Com efeito, a melhoria dos resultados observada nos últimos exercícios tem assentado, em grande medida, num rigoroso controlo da despesa e numa política de contenção que implicou o adiamento de investimentos relevantes, nomeadamente ao nível da manutenção de infraestruturas, renovação de equipamentos e reforço de recursos humanos. Trata-se de uma estratégia que, sendo eficaz no curto prazo, levanta reservas quanto à sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

A Misericórdia do Cartaxo continua, assim, a operar num contexto de forte pressão financeira, marcado por um crescimento estrutural dos custos, em particular com pessoal, que não encontra correspondência proporcional no aumento das participações públicas.

Neste enquadramento, importa reiterar que o modelo de financiamento das respostas sociais permanece desequilibrado. Os acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social continuam a representar uma parcela insuficiente face aos custos efetivamente suportados, ficando aquém do princípio consagrado no Pacto de Cooperação para o Setor Social e Solidário, que prevê uma repartição equitativa dos encargos.

A persistência deste desequilíbrio compromete a sustentabilidade das instituições e limita a sua capacidade de resposta às necessidades crescentes da população, em particular no apoio à terceira idade.

Apesar das dificuldades, a Misericórdia do Cartaxo tem conseguido assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados, fruto do empenho, profissionalismo e sentido de missão das suas trabalhadoras e trabalhadores. Os resultados apresentados são, em larga medida, expressão desse esforço coletivo.



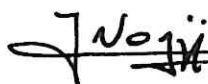
A Mesa Administrativa reafirma que a sustentabilidade económico-financeira da Instituição continua a ser o seu principal desígnio estratégico. Todavia, importa reconhecer que esse objetivo não poderá ser plenamente alcançado sem uma revisão efetiva do modelo de financiamento do setor social.

O resultado positivo alcançado em 2025 deve, por isso, ser interpretado como um sinal de estabilização, mas não como um ponto de chegada.

A Mesa Administrativa agradece o empenho de todas e todos os profissionais da Misericórdia do Cartaxo, bem como o contributo inestimável das voluntárias e voluntários que, com dedicação e espírito solidário, continuam a servir esta Instituição.

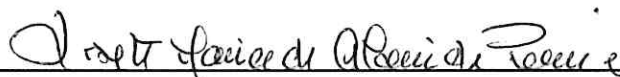
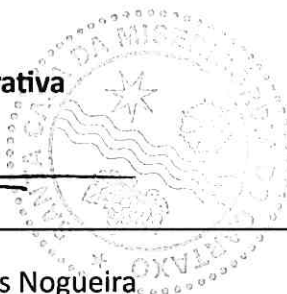
**Obrigado pelo vosso trabalho em prol da Misericórdia do Cartaxo.**

**A Mesa Administrativa**



---

Jorge Luciano Gonçalves Nogueira



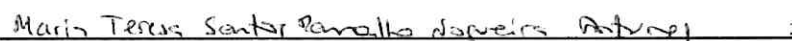
---

Lisete Maria Almeida Pereira



---

Íris Maria Gaspar das Neves Nunes



---

Maria Teresa Santos Ramalho Nogueira Antunes



---

Carlos Manuel Sardinha Ribeiro Cruz

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO CARTAXO**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

**Ano: 2025**

## Índice

Demonstrações Financeiras .....	3
Balanço .....	4
Demonstração de Resultados .....	5
Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais .....	71
Demonstração de Fluxos de Caixa .....	9
Nota às demonstrações financeiras .....	10
1. Identificação da Entidade.....	11
a. Dados de identificação .....	11
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.....	11
a. Referencial contabilístico utilizado .....	11
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	12
a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	12
b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras .....	15
c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte) .....	15
4. Activos Fixos Tangíveis	
a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte: .....	16
5. Activos Fixos Intangíveis.....	17
6. Financiamentos obtidos .....	17
7. Inventários.....	18
8. Vendas e serviços prestados .....	18
9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	18
10. Subsídios do governo e outros apoios .....	19
11. Fundos Patrimoniais	20
13. Instrumentos Financeiros.....	21
a. Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos	
14. Benefícios dos empregados .....	23
a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	23
b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade.....	23
15. Outras Informações.....	24

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Vog.', 'R.', and 'A.']*

a. Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	24
b. Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados.....	25

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.V.', 'R.', and 'A.']*

**Demonstrações Financeiras**

## Balanco

SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO


Balanco em

31/dez/2025

RUBRICAS	Notas	Dadas	
		2025	2024
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	4	2 935 258,86	3 011 128,96
Activos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	13	17 371,49	17 371,49
		<b>2 952 630,35</b>	<b>3 028 500,45</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	15 964,78	13 717,02
Creditos a receber	13	40 502,52	78 252,56
Adiantamentos a fornecedores	13	1 218,36	2 075,18
Estado e outros entes públicos	13	11 239,68	13 634,52
Outros activos correntes	13	28 490,23	152 733,22
Diferimentos	13	29 383,49	25 329,03
Caixa e depósitos bancários	13	14 072,74	9 864,53
		<b>140 871,80</b>	<b>295 606,06</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>3 093 502,15</b>	<b>3 324 106,51</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	11	1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados transitados	11	(26 665,96)	20 245,16
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11	459 955,80	476 995,62
Resultado líquido do periodo	11	65 141,51	85 597,05
Interesses minoritários			
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>	<b>11</b>	<b>1 816 279,93</b>	<b>1 900 686,41</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	13	63 785,00	118 493,28
Financiamentos obtidos	6	117 173,51	257 038,16
		<b>180 958,51</b>	<b>375 531,44</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	157 677,26	174 010,65
Adiantamento de clientes	13	141 887,45	140 983,16
Estado e outros entes públicos	13	91 529,52	102 250,37
Financiamentos obtidos	6	303 176,26	219 962,31
Outros passivos correntes	13	359 854,25	329 778,23
Diferimentos	13	42 138,97	80 903,94
		<b>1 096 263,71</b>	<b>1 047 888,66</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 277 222,22</b>	<b>1 423 420,10</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>3 093 502,15</b>	<b>3 324 106,51</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado

  
 O Diretor da Misericórdia do Cartaxo  
 Carlos Manuel Santos  
 Maria Teresa Santos Ramalho de Sousa Antunes

## Demonstração de Resultados

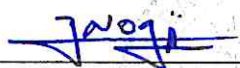
SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO  
Demonstração de Resultados em

31/dez/2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos		
		2025	2024	
Vendas e serviços prestados	+	8	2 749 496,61	2 472 768,77
Subsídios, doações e legados à exploração	+	10	43 204,15	45 087,35
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7.1	(392 213,14)	(397 772,67)
Fornecimentos e serviços externos	-	15	(502 364,30)	(467 173,01)
Gastos com pessoal	-	14	(1 819 991,49)	(1 627 209,13)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	+/-		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	+/-		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	+/-		0,00	0,00
Outras imparidades	+/-	15	(39 089,65)	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		0,00	3 300,00
Outros rendimentos	+	15	186 614,41	230 260,68
Outros gastos	-	15	(30 410,68)	(33 418,50)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>=</b>		<b>195 245,91</b>	<b>225 843,49</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	+/-	4,5	(97 865,53)	(96 745,50)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>=</b>		<b>97 380,38</b>	<b>129 097,99</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	+	15	20,76	20,76
Juros e gastos similares suportados	-	15	(32 259,63)	(43 521,70)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>=</b>		<b>65 141,51</b>	<b>85 597,05</b>
Imposto sobre rendimento do período	+/-		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>=</b>		<b>65 141,51</b>	<b>85 597,05</b>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
<b>Resultado líquido do período atribuível a: (2)</b>				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-		0,00	0,00
<b>Resultado por acção básico</b>	<b>=</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado

  
 João  
 Diretor Financeiro da Misericórdia do Cartaxo  
 José Maria Gaspar dos Reis Nunes  
 Carlos Afonso Sandoz Ribeiro  
 Maria Teresa Santos, Renato Nogueira Brito

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO**  
 Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores				Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados					
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024</b>	1	1.317.848,58		62.157,51		494.035,50	(41.912,35)	1.832.129,24		1.832.129,24
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adoção de novo referencial contábilístico										0,00
Alterações de políticas contábilísticas										0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(41.912,35)		(17.039,88)	41.912,35	(17.039,88)		(17.039,88)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	2						41.912,35	(17.039,88)		(17.039,88)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	3	0,00	0,00	0,00	(41.912,35)	0,00	0,00	85.597,05	0,00	85.597,05
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	4=2+3						127.809,40	68.557,17	0,00	68.557,17
Fundos										0,00
Subsídios, doações e legados										0,00
Outras operações										0,00
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024</b>	5	1.317.848,58	0,00	0,00	20.245,16	0,00	85.597,05	1.900.686,41	0,00	1.900.686,41
	6=1+2+3+5									

O Contabilista



A Direcção



*Orteli Soares de Oliveira Pereira*  
 Teresa Gaspar dos Reis Duro  
 Carla Fernandes Silva  
 Maria Teresa Santos Romão do Rego Brito

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO**

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período

2025

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos a os instituidores										Total	Interesses remuniratos	Total fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados translados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total				
<b>6</b>		1 317 848,58	0,00	0,00	20 245,16	0,00	0,00	476 995,62	85 597,05	1 900 686,41	0,00	1 900 686,41	0,00	1 900 686,41
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025</b>														
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos financeiros														
Excedentes de revalorização de activos financeiros intangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	(46 911,12)	0,00	0,00	(17 039,62)	(85 597,05)	(149 547,99)	0,00	(149 547,99)	0,00	(149 547,99)
<b>7</b>														
<b>8</b>														
<b>9=7+8</b>														
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>														
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>														
<b>OPERAÇÕES COM DEVEDORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações														
<b>10</b>														
<b>11=6+7+8+10</b>		1 317 848,58	0,00	0,00	(26 665,96)	0,00	0,00	459 955,80	65 141,51	1 816 279,93	0,00	1 816 279,93	0,00	1 816 279,93

O Contabilista Certificado

A Direcção

*[Handwritten signature]*

*Directo da Direcção Social  
 José Vasco Gomes dos Santos  
 Carlos Manuel António Ramos  
 Para Tarse Santa Renata Nogueira Antunes*

## Demonstração de Fluxos de Caixa

**NTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO**

exercício: 2025

Rúbricas	Notas	2025	2024
	Recebimentos de Clientes e utentes		2 026 118,06
Pagamentos a Fornecedores		-945 654,97	-953 479,99
Pagamentos ao Pessoal		-1 234 347,69	-1 111 653,45
<b>Caixa geradas pelas operações</b>		<b>-153 884,60</b>	<b>-114 964,08</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		247 499,33	266 669,10
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>93 614,73</b>	<b>151 705,02</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-21 995,43	-7 034,93
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	60 000,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		20,76	20,76
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos das actividades de Investimento (2)</b>		<b>-21 974,67</b>	<b>52 985,83</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento(2)</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		150 000,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações/Subsídios		20 380,97	15 231,96
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-206 386,65	-183 702,61
Juros e gastos similares suportados		-31 426,17	-40 259,42
Amortiz contratos locação financeira		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>-67 431,85</b>	<b>-208 730,07</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		4 208,21	-4 039,22
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 864,53	13 903,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período		14 072,74	9 864,53

A Direcção

O Contabilista Certificado

*Viçoso Soares de Almeida Pereira*  
*Teresa Maria Gaspar dos Reis Nunes*

*Carlos Manuel Santos*

*Maria Teresa Santos Penella da Silva Antunes*

*[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]*

**Nota às demonstrações financeiras**

**1. Identificação da Entidade**

**a. Dados de identificação**

**Designação da entidade:** Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo

**Sede social:** Rua do Progresso, nº 45 – 2970-085 Cartaxo

**Nif:** 501118888

**Página da internet:** www.scmcartaxo.pt

**Natureza da actividade:** Actividades de apoio social a pessoas idosas

**2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

**a. Referencial contabilístico utilizado**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

Aviso nº8259/2015, de 29 de Julho (Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCFR-ESNL)

Portaria nº218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);

Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sempre que a NCFR-ESNL não responda a aspectos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro das transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna supletivamente e pela ordem indicada:

Às NCFR e Normas Interpretativas (NI)

Às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento nº166/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho

Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC)

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

✓ Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

✓ Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

✓ Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

✓ Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

✓ Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2024.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

#### a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

✓ Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

✓ Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

✓ Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Os activos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto á imparidade sempre que exista uma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

✓ Imparidade

A empresa avalia se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade no final de cada exercício. Se existir, a empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o activo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

✓ Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.S.', 'R.', and 'A.', with a horizontal line and a checkmark below them.]*

económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contractos que os estabelecem. O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de " Gastos/Reversões de depreciação e amortização". Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

✓ Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem á atenção sobre os seguintes eventos de perda:

Significativa dificuldade financeira do devedor;

Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;

✓ Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo".

✓ Fornecedores e outras contam a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

✓ Estado e Outros Entes Públicos

Os valores contidos referem-se a responsabilidades reais da empresa para com as entidades fiscais tais como: Taxa Social Única, Retenções de IRS. Não existem dívidas fiscais, nem Impostos em atraso por liquidar.

✓ Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

**b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Os Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

**c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As estimativas são baseadas no melhor reconhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

✓ Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados á medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios á exploração destinam-se á cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados á medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

**4. Activos Fixo Tangível**

Os activos tangíveis apresentam vidas úteis finitas.

As amortizações dos activos intangíveis estão reflectidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostra separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações encontra-se no quadro seguinte:

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2024										
Quantias brutas escrituradas	355 678,92	389 773,18	3 747 573,13	1 094 541,83	151 653,65	122 784,56		114 304,14	9 677,48	5 985 086,89
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(1 482 201,45)	(1 052 972,70)	(151 653,65)	(117 391,26)		(82 935,79)		(2 888 204,79)
Quantias líquidas escrituradas	355 678,92	389 773,18	2 265 371,68	43 511,53	0,00	5 393,36	0,00	31 318,35	9 677,48	3 100 724,50
Adições				5 814,65		0,00		1 235,31		7 149,96
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações/Transferências para Património										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Depreciações			(80 126,77)	(15 061,46)	0,00	(382,69)		(1 174,26)		(99 745,50)
Perdas por imparidade/Outras alterações										0,00
Em 31.12.2024 (01.01.2025)										
Quantias brutas escrituradas	355 678,92	389 773,18	3 747 573,13	1 100 456,48	151 653,65	122 784,56	0,00	115 539,45	9 677,48	5 993 136,65
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(1 562 326,22)	(1 063 034,16)	(151 653,65)	(117 774,19)	0,00	(84 166,67)	0,00	(2 984 950,79)
Quantias líquidas escrituradas	355 678,92	389 773,18	2 185 244,91	34 364,72	0,00	5 010,37	0,00	31 370,38	9 677,48	3 011 128,86
Adições		0,00	0,00	20 831,04		1 164,39		0,00	0,00	21 995,43
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações/Transferências para Património										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Depreciações			(60 126,77)	(15 792,18)	0,00	(772,02)		(1 174,26)		(97 865,33)
Perdas por imparidade/Outras alterações										0,00
Em 31.12.2023										
Quantias brutas escrituradas	355 678,92	389 773,18	3 747 573,13	1 121 287,52	151 653,65	123 948,95	0,00	115 539,45	9 677,48	6 015 132,28
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(1 612 454,56)	(1 094 626,35)	(151 653,65)	(118 546,28)	0,00	(85 334,55)	0,00	(3 052 615,62)
Quantias líquidas escrituradas	355 678,92	389 773,18	2 105 118,14	39 403,57	0,00	5 402,67	0,00	30 204,90	9 677,48	2 935 258,86

5. Activos intangíveis

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas no ponto “Activos Fixos Tangíveis”. O mesmo acontece com os métodos de depreciação e vidas úteis utilizadas.

Activos intangíveis		Projectos de desenvolvimento			Propriedade industrial					Activos intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e programas		
Em 01/01 2024	Quantias brutas escrituradas			19 650,50	649,89						20 300,39
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(19 650,50)	(649,89)						(20 300,39)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições											0,00
Revalorizações											0,00
Transferências											0,00
Recuperações para ativos não correntes											0,00
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Amortizações				0,00							0,00
Perdas por imparidade											0,00
Em 31/12 2024	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	19 650,50	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 300,39
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(19 650,50)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(20 300,39)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições				0,00							0,00
Revalorizações											0,00
Transferências											0,00
Recuperações para ativos não correntes											0,00
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Amortizações											0,00
Perdas por imparidade											0,00
Em 31/12 2025	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	19 650,50	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 300,39
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(19 650,50)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(20 300,39)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 6. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição da rubrica de empréstimo é a seguinte

Descrição	2025	2024
Descoberto Bancário (Montepio)	6 651,01	33 853,67
Empréstimo bancário corrente	296 525,25	186 108,64
<b>Totao Corrente</b>	<b>303 176,26</b>	<b>219 962,31</b>
Empréstimo bancário N/Corrente	117 173,51	257 038,16
<b>Total N/Corrente</b>	<b>117 173,51</b>	<b>257 038,16</b>
<b>Totais</b>	<b>420 349,77</b>	<b>477 000,47</b>

Os juros relativos aos empréstimos bancários totalizam o valor de 20.955,50€

Os empréstimos bancários a MLP referem-se aos contratos com o Montepio que terminara em 2032/05 ao Montepio termina em 2026/11. A C/Corrente com o NB tem um saldo em 31/12/2025 no valor de 142.500,00€.

O empréstimo Montepio linha de apoio social no valor de 500.000,00€, que teve início em 2021 começou a ser amortizado em 03/2023 tem nesta data o valor de 122.222,26€

## 7. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas pelo seu valor de aquisição acrescido das demais despesas acessórias de compra até à sua entrada em armazém.

É utilizado o sistema de inventário permanente na movimentação dos stocks.

Descrição	2025	2024
Matérias primas	7 519,63	7 988,59
Materials diversos	8 445,15	5 728,43
Totais	15 964,78	13 717,02

### 7.1 Demonstração do custo das Matérias Consumidas em 31 de Dezembro de 2025.

Descrição	2025	2024
Inventário inicial	13 717,02	18 129,75
Compras	394 960,90	393 359,94
Inventário final	15 964,78	13 717,02
Totais	392 713,14	397 772,67

## 8. Vendas e serviços prestados

Repartição do valor líquido das prestações de serviços. Os valores referentes ao Lar de S.João e Casa St.Cruz dizem respeito a mensalidades. O valor inscrito em "outros" refere-se o valor mais relevante (67.956,92€) a comparticipação de utentes. O valor de 794,399,59€ diz respeito às Acordos de cooperação.

Descrição	2025	2024
Prestação serviços-Lar S.João	1 030 962,57	965 027,35
Prestação serviços-Casa St.Cruz	855 201,53	787 953,04
Outros/quotas/comparticipações	68 932,92	71 980,24
ISS-Centro distrital-Acordos lípicos	794 399,59	647 808,14
Totais	2 749 496,61	2 472 768,77

## 9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As dívidas de clientes/utentes diminuíram em relação a 2024 sendo que um dos utentes tem uma dívida antiga superior a 39.089€ . Foi registada uma imparidade devido ao falecimento da utente e de não haver perspectiva de recebimento.

*[Handwritten signatures and initials]*

Descrição	Saldo inicial	Reforço/Utilização	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>			
Em clientes/utentes	5 501,31	39 089,65	44 590,96
<b>Totais</b>	<b>5 501,31</b>	<b>39 089,65</b>	<b>44 590,96</b>

### 10. Subsídios do governo e outros apoios

Os subsídios á exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis são registados no Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados. No exercício de 2025 foi reconhecido como rendimento o valor de 6.443,03€.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	2025					2024				
	Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
	Reconhecidas como subsídios á exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos Fundos próprios (Outras variações no capital próprio)	Como rendimentos a reconhecer (Ativo financeiro)	Como passivas a reembolsar	Reconhecidas como subsídios á exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos próprios (Outras variações no capital próprio)	Como rendimentos a reconhecer (Ativo financeiro)	Como passivas a reembolsar
<b>Não reembolsáveis</b>										
Subsídios relacionados com activos										
Subsídios		17 039,82	434 997,41				17 039,86	400 917,65		
Subtotais	0,00	17 039,82	434 997,41	0,00	0,00	0,00	17 039,86	400 917,65	0,00	0,00
<b>Não relacionados com resultados</b>										
Subsídios	6 443,03					11 691,55				
Doações	36 761,12					33 395,80				
Subtotais	43 204,15	0,00	0,00	0,00	0,00	45 087,35	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Reembolsáveis</b>										
Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>43 204,15</b>	<b>17 039,82</b>	<b>434 997,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45 087,35</b>	<b>17 039,86</b>	<b>400 917,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os subsídios reconhecidos nos Fundos Próprios desdobram-se como segue:

Descrição	Entidade	2025	2024
Projecto ampliação Lar S. João	PIDADAC	268 382,15	277 967,15
Remodelação Lar S. João	FSE-S.SOCIAL	111 821,72	119 276,54
Inalentejo	FEDER	0,00	0,00
Fundacao La Caixa		3 673,96	3 673,96
<b>Totais</b>		<b>383 877,83</b>	<b>400 917,65</b>

### 11. Fundos Patrimoniais

Descrição	2025	2024
Fundos Patrimoniais		
Fundos	1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados Transitados	-26 665,96	20 245,16
Outras Variações Fundos Patrimoniais	459 955,80	476 995,62
Resultado Líquido Período	65 141,51	85 597,05
Totais	1 816 279,93	1 900 686,41

Foram regularizados 132.508,17€ em resultados transitados referentes a valores em que não existem perspectivas de recebimento por parte da segurança social.

Quando os erros afetem as demonstrações financeiras de períodos anteriores, sendo situações materialmente relevantes e estejam relacionadas com resultados, devem ser imputados á conta de resultados transitados (paragrafo 6.10 da NCRF-ESNL)

### 13. Instrumentos Financeiros

- a. As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço

#### Utentes

As dívidas de clientes/utentes diminuíram em cerca de 37.000,00€ em relação 2024, foi registada uma imparidade de 39.089,65€ devido ao falecimento do utente e sendo improvável o seu recebimento. Existia até á presente data a perspectiva de exercer um direito(garantia) sobre um imóvel da utente.

Activo	2025	2024
Utentes		
Utentes c/corrente	40 502,52	78 252,56
Utentes cobrança duvidosa	44 590,96	5 501,31
Sub total	85 093,48	83 753,87
Perdas por imparidade	44 590,96	5 501,31
Totais	40 502,52	78 252,56

Passivo	2025	2024
Utentes		
Adiantamento de utentes	141 887,45	140 983,16
Totais	141 887,45	140 983,16

### Estado e outros entes públicos

No período de 2025 foi foram recebidos 15.626.69€ de reembolso de IVA (alimentação).

As contribuições para segurança social Não Corrente referem-se ao acordo 3607/2022 que termina em Setembro de 2028 e o Acordo 9242/2023 que termina em Agosto de 2028.

Activo	2025	2024
Imposto sobre o Rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento		
IVA	11 239,68	13 634,52
Outros imposto		
<b>Totals</b>	<b>11 239,68</b>	<b>13 634,52</b>

Passivo	2025	2024
Imposto sobre o rendimento	4 429,68	7 552,05
Contribuições para a seg.social	44 901,77	50 987,24
Contribuições para a seg.social(Acordo)	42 198,07	43 711,08
Outros FCT	0,00	0,00
<b>Totals</b>	<b>91 529,52</b>	<b>102 250,37</b>

Passivo	2025	2024
Contribuições para a seg.social(Acordo)	0,00	0,00
Contribuições para a seg.social(Acordo) N.Corrente	63 785,00	118 493,28
<b>Totals</b>	<b>63 785,00</b>	<b>118 493,28</b>

Em Junho de 2025 houve um atraso no pagamento de 2 meses de segurança social. Em virtude disso e mesmo havendo um acordo verbal foi despoletado o procedimento de penhora no valor total de 135.795,79€. Como foi penhorado um valor excessivo a segurança social fez encontro de contas com os planos prestacionais em curso.

### Fornecedores

Activo	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	1 218,36	2 075,18
<b>Totals</b>	<b>1 218,36</b>	<b>2 075,18</b>

Passivo	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores c/c	157 677,26	174 010,65
<b>Totals</b>	<b>157 677,26</b>	<b>174 010,65</b>

### Outros activos correntes

Activo	2025	2024
Complementos	4 725,12	103 648,24
ISS, IP-Centro distrital	0,00	22 660,61
Outros	12 940,33	15 505,45
Pessoal	5 772,23	4 095,34
IEFP	0,00	2 824,01
ISS Adaptar	3 999,57	3 999,57
<b>Totais</b>	<b>27 437,25</b>	<b>152 733,22</b>

Foram regularizados valores no montante de 132.508,17€ referentes a recebimentos da segurança social maioritariamente anteriores a 2024 por não haver expectativas do seu recebimento

### Outros passivos correntes

Os valores das remunerações a liquidar referem-se a estimativas de férias, subsídios de férias e encargos.

Passivo	2025	2024
Fornecedores imobilizado	0,00	0,00
Remunerações liquidar	273 338,66	244 182,57
Adiantamento de utentes	71 651,45	68 554,45
Outros	14 864,14	17 041,21
<b>Totais</b>	<b>359 854,25</b>	<b>329 778,23</b>

### Disponibilidades

Activo	2025	2024
Caixa	6 156,03	2 997,54
Depositos à Ordem	7 916,71	6 866,99
Outros depositos Bancarios	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>14 072,74</b>	<b>9 864,53</b>

### Diferimentos

Activo	2025	2024
Seguros	8 733,12	11 841,19
Rouparia	1 449,71	3 582,44
Outros	9 715,40	9 905,40
Iar S. Joao (reparacoes)	9 485,26	0,00
<b>Totais</b>	<b>29 383,49</b>	<b>25 329,03</b>

Passivo	2025	2024
Soc Agricola Courela	0,00	35 311,30
Rendas	835,00	2 062,00
Apartamentos Lar S.Joao	36 416,41	38 583,08
Rubis	4 887,56	4 887,56
Diversos	0,00	60,00
<b>Totais</b>	<b>42 138,97</b>	<b>80 903,94</b>

O valor mais significativo relativo ao "Lar S.João" diz respeito ao diferimento do valor de 2 vivendas, as vivendas 6 e 2 com inicio em 2021 e 2019 respectivamente. Os valores foram diferidos por 5 anos.

#### Outros Activos Financeiros

Outros Activos Financeiros compreende as entregas feitas ao Fundo de Compensação do Trabalho

Activo	2025	2024
Outros Activos Financeiros	17 371,49	17 371,49
<b>Totais</b>	<b>17 371,49</b>	<b>17 371,49</b>

#### 14. Benefícios dos empregados

##### a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Medio pessoas	Nº Horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da instituição	109	211024
Pessoas remuneradas	109	211024
Pessoas a tempo completo	102	197472
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Masculino	3	5808
Feminino	106	205216
<b>Totais</b>		<b>211024</b>

##### b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade

Descrição	2025	2024
Gastos com o pessoal		
Remunerações pessoal	1 466 643,98	1 309 527,51
Encargos sobre remunerações	322 342,71	287 272,91
Seguros acidentes trabalho	24 036,50	25 762,94
Outros gastos com pessoal	6 968,30	4 645,77
Indemnizações	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>1 819 991,49</b>	<b>1 627 209,13</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JG', 'OR', and 'A']*

15. Outras Informações

a. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

i) Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

b. Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados

i) Fornecimentos e serviços externos

Breves considerações ao mapa referente aos FSE

No exercício de 2025, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou um acréscimo global de 35.191,29 €, fixando-se nos 502.364,30 €, o que representa um aumento de cerca de 7,5% face ao ano de 2024.

Importa, desde logo, enquadrar esta variação num contexto distinto do verificado no ano anterior. Com efeito, em 2025, assistimos a um cenário de estabilização dos FSE, conjugado com o impacto de fatores externos e com o reforço de algumas necessidades operacionais.

O aumento registado é, em larga medida, explicado por três fatores principais.

Em primeiro lugar, verifica-se uma **subida expressiva dos custos com energia e combustíveis**, com destaque para a eletricidade (+10.979,80 €), combustíveis (+9.486,86 €) e água (+2.687,50 €). Esta evolução reflete o contexto inflacionista sentido nestes bens essenciais, mas também a uma maior exigência operacional das respostas sociais.

Em segundo lugar, observa-se um **aumento significativo na rubrica de trabalhos especializados**, no montante de +18.225,45 €. Este crescimento está associado necessidade de recurso a serviços técnicos específicos e pontuais, os quais não se encontram disponíveis internamente, traduzindo-se num reforço da capacidade de resposta da Instituição em áreas críticas. Sendo disso exemplo a renovação dos contratos com Cegid e Schindler e o estabelecimento de um contrato com a Global Prisma, na área do RGPD, RGPC, PPR, Diferenças Remuneratórias e mais regulamentos.

Em terceiro lugar, destaca-se a variação verificada em **rendas e alugueres**, que registam um acréscimo de +11.356,66 €, situação que deverá ser interpretada de acordo com os contratos de renting estabelecidos para a aquisição de diversos equipamentos.

Em sentido inverso, salienta-se a **redução dos custos com limpeza, higiene e conforto** (-10.005,02 €), consolidando o impacto positivo da internalização deste serviço iniciada no ano anterior. Verifica-se igualmente uma diminuição muito significativa na rubrica de

medicamentos, bem como na categoria "outros serviços", refletindo um esforço de racionalização e controlo da despesa nestas áreas.

Em síntese, o exercício de 2025 evidencia uma **pressão ascendente sobre os FSE**, motivada sobretudo por fatores externos e por necessidades operacionais acrescidas, mas também confirma a capacidade da Instituição para manter medidas de eficiência anteriormente implementadas. Não obstante, reconhece-se a necessidade de continuar a aprofundar mecanismos de controlo e otimização, em particular nas áreas mais expostas à volatilidade de custos, como a energia e a contratação de serviços especializados.

Descrição	2025	2024
Subcontratos		
Trabalhos especializados	49 516,36	31 290,91
Publicidade e propaganda	344,01	291,40
Vigilância e segurança	2 341,20	2 329,45
Honorários	842,79	780,35
Comissões	0,00	6 150,00
Conservação e reparação	52 160,25	50 096,47
Ferramentas e utensílio	2 691,78	1 514,05
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	2 718,53	3 720,83
Outros	3 896,59	3 428,77
Electricidade	46 743,31	35 763,51
Combustíveis	120 439,09	110 952,23
Água	28 731,22	26 043,72
Deslocações e estadas	926,51	643,41
Rendas e alugueres	12 915,62	1 558,96
Comunicação	7 542,76	8 109,21
Seguros	13 298,63	10 906,50
Contencioso e notariado	829,51	338,56
Limpeza higiene e conforto	23 751,28	33 756,30
Sub-total	369 689,44	327 674,63
Outros serviços		
Rouparia	7 856,39	6 198,62
Encargos de saúde c/utentes	9 053,70	2 761,06
Fraldas	39 818,62	36 100,16
Encargos c/serviços médicos	19 200,00	19 329,18
Medicamentos	28,14	13 880,65
Serviços de fisioterapia	36 122,00	35 270,14
Outros	20 596,01	25 958,57
Plano contingência Covid	0,00	0,00
Projecto adaptar social +	0,00	0,00
Sub-total	132 674,86	139 498,38
Totais	502 364,30	467 173,01

Descrição	2025	2024
Juros financiamento	32 259,63	43 521,70
<b>Totais</b>	<b>32 259,63</b>	<b>43 521,70</b>

v) Juros e rendimentos similares obtidos

Descrição	2025	2024
Juros de depósitos	20,76	20,76
<b>Totais</b>	<b>20,76</b>	<b>20,76</b>

vi) Perdas por imparidade

Foi registada a imparidade em virtude do falecimento de um utente e não haver perspectiva do seu recebimento

Descrição	2025	2024
Perdas por imparidade	39 089,65	0,00
<b>Totais</b>	<b>39 089,65</b>	<b>0,00</b>

Situações ocorridas após 31 de Dezembro de 2025

Nada a registar.

A Direcção

*João*

*Directora da Direcção de Recrutamento*

*Luís Carlos Gomes dos Santos*

*Carlos Manuel Sousa*

*Maria Teresa Sousa, Renata Lopes, Antónia*

O Contabilista Certificado

Assinado por: João Paulo Comprido Sengo

Num. de Identificação: 05332892

Data: 2026.03.27 01:35:35+00'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas  
Certificados

Atributos certificados: Membro da OCC nº 22707



ORDEM  
DOS CONTABILISTAS  
CERTIFICADOS



## Parecer do Definitório

### Sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025

Nos termos das competências que lhe estão atribuídas, o Definitório da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo procedeu à análise do Relatório de Gestão, das Demonstrações Financeiras e demais documentação de prestação de contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No âmbito das suas funções de acompanhamento e fiscalização, o Definitório apreciou a informação disponibilizada pela Mesa Administrativa, refletindo, de forma global, a atividade desenvolvida pela Instituição no período em análise.

Da análise efetuada, destaca-se o seguinte:

- Rendimentos do período: 2.979.335,93€ (dois milhões novecentos e setenta e nove mil trezentos e trinta e cinco euros e noventa e três cêntimos).
- Gastos do período: 2.914.194,42€ (dois milhões novecentos e catorze mil cento e noventa e quatro euros e quarenta e dois cêntimos).
- Resultado líquido do exercício é positivo em **65.141,51€** (sessenta e cinco mil cento e quarenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), propondo-se a sua distribuição para a conta de Resultados Transitados.

O Definitório regista que os elementos apresentados permitem uma leitura adequada da situação económica e financeira da Instituição, não tendo sido identificadas inconformidades materiais que obstem à sua apreciação.

Sem prejuízo da certificação legal de contas a emitir pelo Revisor Oficial de Contas, cuja opinião técnica constitui um instrumento autónomo e complementar de validação, o Definitório considera que estão reunidas as condições para que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras sejam submetidos à apreciação e votação da Assembleia Geral.



Nestes termos, o Definitório emite parecer favorável à sua apreciação pela Assembleia Geral.

Cartaxo, 26 de março de 2026

O Definitório

Nuno Alexandre Botão Pereira do Carmo

Mário Ribeiro Jordão

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, (adiante também designada por SCMC ou Santa Casa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3 093 502 euros e um total dos fundos patrimoniais de 1 816 280 euros, incluindo um resultado líquido de 65 142 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Santa Casa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e nas notas 11 e 13 do Anexo às demonstrações financeiras, os créditos sobre a Segurança Social classificados em “Outros ativos correntes”, com antiguidade significativa que transitavam de anos anteriores (relativos essencialmente ao período de 2012 a 2021) e que ascendiam a cerca de 132 500 euros, foram regularizados (anulados) no decurso do presente exercício, por contrapartida de Resultados Transitados, considerando que: (i) face à natureza das componentes de subsídios a receber da Segurança Social, a SCMC assumiu que estes seriam integralmente recebidos; e (ii) a Segurança Social tomou uma posição em 2025 que, não sendo possível confirmar os pressupostos dos créditos com antiguidade mais significativa, não seriam efetuados outros pagamentos de saldos de anos anteriores para além dos já realizados. Neste contexto, foi entendimento da SCMC que, não obstante a decisão da Segurança Social ser de 2025, esta anulação de saldos não deveria contribuir para os resultados da SCMC no corrente exercício, uma vez que os referidos créditos tiveram origem em exercícios anteriores.



Conforme divulgado na nota 13 do Anexo às demonstrações financeiras, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos (Passivo) inclui, em 31 de dezembro de 2025, dívidas de contribuições sociais no montante total de 150 885 euros, das quais cerca de 106 200 euros se encontram vencidas e incluídas em Acordos de Pagamento em Prestações formalizados com a respetiva autoridade contributiva.

O balanço em 31 de dezembro de 2025, evidencia fundos patrimoniais (capital próprio) de 1 816 280 euros, no entanto, o ativo corrente ascende a 140 872 euros, face a um passivo corrente de 1 096 237 euros, situação que poderá colocar constrangimentos na atividade na SCMC, nomeadamente ao nível da liquidez. Não obstante, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, que depende fundamentalmente da manutenção do apoio financeiro das instituições financeiras e da melhoria da rentabilidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

É da responsabilidade do órgão de gestão: (i) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) a avaliação da capacidade da Santa Casa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Santa Casa.

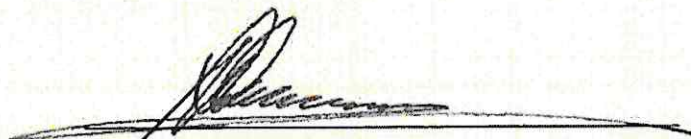
#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Santa Casa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Santa Casa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Santa Casa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 27 de março de 2026



João Guilherme Melo de Oliveira,  
(ROC nº 873, inscrito na CMVM sob o nº 20160494)  
em representação de BDO & Associados - SROC